



---

## Circula por aí

### **Assunto:** *Direito à cultura*

Mais mentiras pela rede. Desta vez o alvo é o Ministério da Cultura, com direito a ofensas e frases preconceituosas contra Gilberto Gil. “Você é um dos otários que pagaram em torno de R\$ 300,00 para ver o Cirque du Soleil? O pessoal do Circo foi até o ministério para descolar o absurdo de R\$ 22 milhões, em nome da Lei de Incentivos Fiscais, promovida pelo Minc na gestão Gilberto Gil”, diz a mensagem que tem circulado nos últimos dias.

A verdade é outra. Para promover a turnê brasileira do grupo canadense Cirque du Soleil, a empresa CIE Brasil tentou obter R\$ 22,3 milhões em benefício fiscal do governo brasileiro. O MinC autorizou o montante de R\$ 9,4 milhões e negou o restante, uma vez que a empresa não atendeu os requisitos previstos pelo Minc, de democratização do acesso do público ao espetáculo, cujos ingressos custam até R\$ 370.

A empresa CIE Brasil queria a aprovação para captar os 22,3 mi sob a forma de patrocínio, nos termos previstos pela Lei Rouanet. Esta lei foi criada em 1991 e autoriza empresas a destinar parte de seu Imposto de Renda à atividades culturais. As autorizações para patrocínio passam pelo crivo do Ministério da Cultura, que por meio da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura analisa os projetos e aprova ou rejeita a concessão do benefício.

Um novo decreto de regulamentação da Lei Rouanet foi editado no governo Lula, com um artigo que torna obrigatória a apresentação de um plano de democratização do acesso da população às obras financiadas pela lei. O ministro Gilberto Gil declarou à época achar “uma distorção” a concessão do incentivo a um espetáculo destinado a público restrito.

Para ser plenamente aprovado, o plano do Cirque du Soleil deveria comportar iniciativas como o barateamento dos ingressos, a distribuição gratuita de uma parcela de entradas, a exibição do espetáculo em TV pública ou a realização de atividades de capacitação artística com profissionais brasileiros.

---